

Normas citadas no Edital n.º 016/2014-REITORIA

Sumário

Regimento	2
Leis e Decretos Federais.....	2
Leis e Decretos Estaduais	3
Resoluções da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE).....	4
Tabela de Áreas do Conhecimento (CNPq).....	4

REGIMENTO

Regimento Geral da Uneal: disciplina os aspectos gerais e comuns da estrutura e do funcionamento dos órgãos e serviços da Universidade Estadual de Alagoas - Uneal, a qual resultou da reestruturação da FUNESA, tendo sido transformada em instituição estadual de educação superior pluridisciplinar, mantida pelo Poder Público Estadual, com personalidade jurídica de natureza autárquica, por força da Lei Estadual n.º 6.785/2006, e credenciada como Universidade pelo Parecer n.º 321/2006 e pela Resolução n.º 100/2006, do Conselho Estadual de Educação de Alagoas.

<http://www.uneal.edu.br/orgaos/consu/regimento-geral-uneal-atualizacao-21-01-2014.pdf>

LEIS E DECRETOS FEDERAIS

Lei Federal n.º 4.375, de 17 de agosto de 1964: Lei do Serviço Militar.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4375.htm

Lei Federal n.º 8.429, de 2 de junho de 1992: Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm

Decreto Federal n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999: Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm

Lei Federal n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003: Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm

LEIS E DECRETOS ESTADUAIS

Lei Estadual n.º 5.247, de 26 de julho de 1991: Institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais.

http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/gabinetecivil/legislacao/regime_juridico_unico.pdf

Lei Estadual n.º 6.353, de 17 de janeiro de 2003: Altera o quantitativo do quadro de pessoal de cargos permanentes do grupo atividade do Magistério Superior, a que alude o Anexo I da Lei n.º 5.443, de 18 de janeiro de 1993 e adota providências correlatas.

<http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/leis/leis-ordinarias/2003/lei-ordinaria-6353>

Lei Estadual n.º 6.540, de 7 de dezembro de 2004: Dispõe Sobre a Estruturação e o Sistema de Remuneração das Carreiras do Magistério Superior e dos Profissionais de Nível Superior, Médio e Elementar da Fundação Universidade Estadual de Alagoas – FUNESA e dá outras Providências.

<http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/leis/leis-ordinarias/2004/lei-ordinaria-6540>

Lei Estadual n.º 6.873, de 10 de outubro de 2007: Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pelo Governo do Estado e dá outras providências.

<http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/leis/leis-ordinarias/2007/lei-ordinaria-6873>

Decreto Estadual n.º 3.972, de 30 de janeiro de 2008: Regulamenta a Lei n.º 6.873, de 10 de outubro de 2007, que dispõe sobre a isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pelo Governo do Estado e dá outras providências.

<http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/decretos/2008/01/decreto-3972>

Lei Estadual n.º 7.596, de 3 de abril de 2014: Dispõe sobre a Revisão dos Subsídios e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas, e adota outras providências.

Não disponível *online*. Publicado no Diário Oficial do Estado em 4 de abril de 2014 (página 7):

<http://cdn.doeal.com.br/portal/edicoes/download/11993>

Lei Estadual n.º 7.599, de 3 de abril de 2014: Altera a Lei Estadual n.º 6.540, de 7 de Dezembro de 2004, que dispõe sobre a Estruturação e o Sistema de Remuneração das Carreiras do Magistério Superior e dos Profissionais de Nível Superior, Médio e Elementar da Fundação Universidade Estadual De Alagoas - FUNESA, e dá outras Providências.

Não disponível *online*. Publicado no Diário Oficial do Estado em 4 de abril de 2014 (páginas 10 a 11):

<http://cdn.doeal.com.br/portal/edicoes/download/11993>

Resoluções da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE):

Resolução CNE/CES n.º 1, de 28 de janeiro de 2002: Estabelece normas para a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES012002.pdf>

Resolução CNE/CES n.º 1, de 8 de junho de 2007: Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8825&Itemid=

Resolução CNE/CES n.º 8, de 4 de outubro de 2007: Altera o art. 4º e revoga o art. 10 da Resolução CNE/CES n.º 1/2002, que estabelece normas para a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces008_07.pdf

Resolução CNE/CES n.º 7, de 25 de setembro de 2009: Altera o § 2º do art. 8º da Resolução CNE/CES n.º 8, de 4 de outubro de 2007, que estabelece normas para a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces007_09.pdf

Resolução CNE/CES n.º 3, de 1º de fevereiro de 2011: Dispõe sobre o reconhecimento de títulos de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, obtidos nos Estados Partes do MERCOSUL.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7537&Itemid=

Tabela de Áreas do Conhecimento (CNPq):

http://www.cnpq.br/web/quest/dados_abertos